

Panorama

A economia brasileira deverá fechar 2019 com crescimento próximo a 1%. Entretanto, além do lento crescimento econômico, é preocupante a queda de produtividade observada nos últimos trimestres no Brasil.

Esse fato demonstra que a trajetória de expansão econômica não é sólida, tendo em vista que a riqueza gerada pelo esforço de trabalho tem se reduzido no período recente.

A deterioração do saldo de balança comercial do Grande ABC

Nos 11 primeiros meses deste ano a balança comercial apresenta déficit de US\$ 148 milhões. O resultado negativo deverá se confirmar no fechamento de 2019. Desde 2014 a economia regional não apresentou déficit comercial, quando nosso principal parceiro comercial, a Argentina, enfrentou uma crise cambial.

Novamente, a situação econômica da Argentina está entre os principais fatores a determinar a deterioração do fluxo de comércio exterior regional.

Destaques desta Edição

<i>Panorama Econômico:</i>	<i>p.02</i>
<i>Movimentação Financeira:</i>	<i>p.04</i>
<i>Inflação:</i>	<i>p.07</i>
<i>Mercado de Trabalho:</i>	<i>p.09</i>
<i>Comércio Exterior</i>	<i>p.11</i>

A grande marca da economia brasileira dos últimos trimestres tem sido a queda de produtividade, o que pode comprometer a sustentação da recuperação.

Prof. Dr.. Sandro Renato Maskio

Panorama Econômico

Os dados referentes às contas nacionais trimestrais divulgadas pelo IBGE na primeira semana de dezembro apontam que o Brasil deverá fechar o ano com crescimento econômico em torno de 1%. Pouco importa se serão alguns décimos a mais ou alguns décimos a menos. O resultado é bastante inferior às estimativas do início do ano - em torno de 2,5% na avaliação do mercado, divulgado pelo Relatório Focus do Banco Central, e dos cerca de 3% vislumbrados pelo novo governo que acabara de se eleger.

A principal questão é que, se o PIB brasileiro fechar 2019 com crescimento de 1%, no agregado a economia estará retomando o patamar de produção de 2016, quando o Brasil retraiu pouco mais de 3%. Se considerarmos que em 2015 houve retração de aproximadamente 3,5%, para retomarmos o volume de produção de 2014 demorará mais quando anos? Mais 3 anos pelo menos, se prosseguirmos nesse ritmo.

Se tomarmos o crescimento dos últimos 12 meses encerrados em setembro, a alta de 1% do PIB foi puxada pelos setores agropecuário e de serviços, cujos desempenhos foram positivos em 2% e 1,1%. O setor industrial permanece estagnado.

Do lado da demanda, chama a atenção a recuperação dos investimentos em capital fixo, apesar do elevado nível de ociosidade apresentado pelo setor produtivo brasileiro. Isso pode indicar apenas um movimento de recomposição da estrutura

de capital produtivo, e não efetivamente um movimento que se mostre mais sustentável em direção à ampliação da capacidade produtiva.

Ao compararmos rapidamente o desempenho da economia brasileira com o da economia mundial, temos uma noção mais clara sobre a dificuldade com a qual o Brasil se defronta para retomar a atividade econômica.

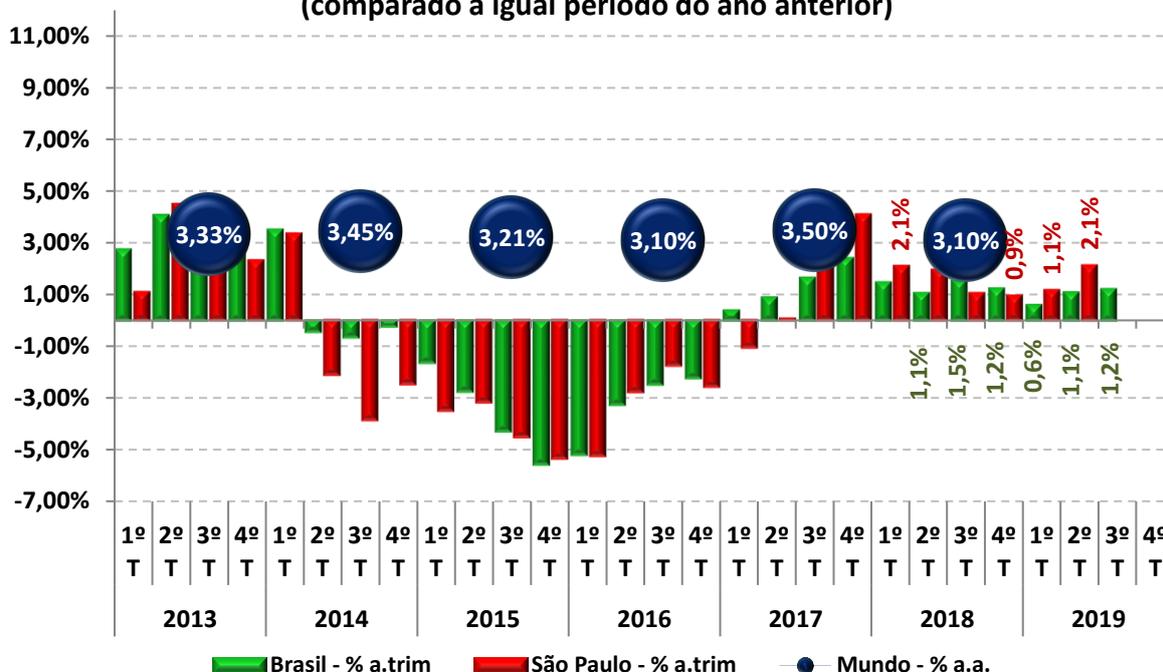
Taxas médias de crescimento pós crise de 2008

Países Selecionados	Taxa média de crescimento da economia entre 2009 e 2019 (% a.a.)
World	3,70%
Advanced economies	1,70%
Major advanced economies (G7)	1,50%
European Union	1,20%
Emerging market and developing economies	5,40%
Emerging and developing Asia	7,80%
Latin America and the Caribbean	1,80%
Brasil	1,16%

Fonte: FMI

Se as últimas quatro décadas apresentaram o pior desempenho em termos de crescimento econômico do Brasil no último século, a década de 2010 a 2020 deverá registrar o pior desempenho dos últimos tempos.

Crescimento Trimestral do PIB (%) (comparado a igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE, SEADE, FMI

O Estado de São Paulo tem apresentado taxas de crescimento econômico mais elevadas que as nacionais desde meados de 2017, com exceção do 3º trimestre do ano passado. Apesar de o SEADE ainda não ter divulgado as projeções do PIB do 3º trimestre deste ano, 2019 deverá fechar com alta de aproximadamente 1,5%.

Apesar dos encaminhamentos conseguidos com relação à reforma da Previdência, que irá alongar o período de contribuição para o trabalhador acessar os benefícios do sistema e possivelmente reduzir o valor médio dos benefícios, seus efeitos ocorrerão ao longo do tempo no caixa do governo. Outras duas pontas importantes no processo de ajustamento das contas públicas, responsáveis por grande parte dos desarranjos macroeconômicos, são

as reformas administrativa, que o governo já prorrogou para o ano que vem, e tributária, que tratará do espinhoso tema do modelo de arrecadação, desde os instrumentos operacionais até a distribuição dos recursos e das obrigações entre os entes da federação.

Como não se trata de assunto que apresente concordância, há especialistas em análise macroeconômica e em contas públicas que afirmam que, mesmo em sendo realizadas as reformas anunciadas pelo governo, a recuperação da atividade econômica dependerá da retomada da demanda.

Enquanto isso, no plano internacional, Donald Trump continua com suas ações com vistas a amenizar os impactos da globalização sobre a estrutura produtiva dos EUA e algumas classes de trabalhadores americanos. Até há poucos dias

estávamos assistindo ao embate ente EUA e China sobre possíveis acordos de negociação comercial ante a declarada estratégia americana de ampliar as tarifas de importação e eventuais reações chinesas. Há semelhança do embate entre EUA e União Europeia, em torno da adoção de práticas protecionistas. Recentemente, o prof. Joseph Stiglitz, Nobel de economia, apontou que enquanto países ricos protegem seus mercados, querem que os outros países optem por manter suas economias abertas. Para o prof. Stiglitz, este movimento tende a provocar, ou ao menos alongar, a crise econômica.

Nos últimos dias o governo dos EUA anunciou o aumento de tarifas para importação de aço e alumínio, logo após o presidente Donald Trump ter acusado o governo brasileiro de manipulação cambial, que atingiu recordes nominais históricos, chegando a mais de R\$ 4,25 por dólar entre a última semana de novembro e começo deste dezembro.

Frente ao movimento protecionista que tem se ampliado após a crise de 2008, em especial pelos países que demonstram maior poder econômico mundial, será a adoção de uma política exterior liberal, nos moldes do desejado acordo de livre comércio entre Brasil e China, o melhor caminho possível? Contrário ao que tem realizado as economias mais fortes?

Diante deste contexto, tudo indica que continuaremos a padecer de baixo ritmo de crescimento.

Movimentação Financeira

Frente ao ambiente marcado pela redução da inflação acumulada em 12 meses, de 4,96% para 2,54% entre abril e outubro deste ano, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros (SELIC) de 6,5% para 4,5% a.a. Este movimento tem sido sustentado pelo ambiente de elevada capacidade ociosa do setor produtivo, reflexo da retração econômica dos últimos anos, e da lenta retomada da atividade econômica e do consumo das famílias, que se traduz em baixa expansão de demanda. Essa combinação não apresenta grandes riscos de elevação dos preços, considerando não ocorrer choque de oferta significativo em nenhum insumo produtivo fundamental, como petróleo, energia, aço, ou mesmo forte desvalorização cambial a encarecer rapidamente as importações.

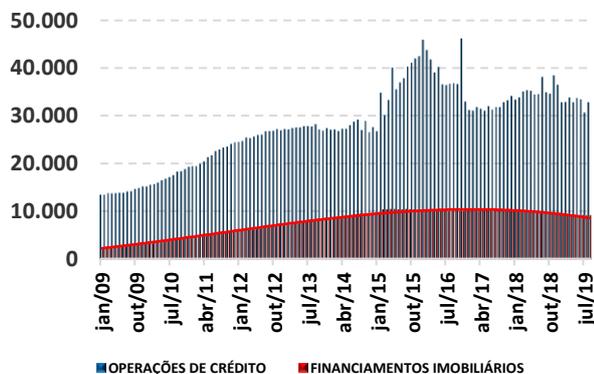
Em outubro último, a carteira de crédito total se mostrou 2,5% maior do que em outubro de 2018, já descontada a inflação, sendo 42% de crédito às pessoas jurídicas e 58% às pessoas físicas. Em igual período de comparação, a carteira de crédito às pessoas jurídicas reduziu 3,2% e a carteira de crédito às pessoas físicas aumentou 7%, ambos em termos reais. O volume nominal de crédito apresentou aumento 3,6% em termos reais.

Ao longo do último ano, contudo, os juros ao tomador de crédito, apesar das reduções da inflação e na taxa básica de juros, permaneceram elevadas. O custo médio da taxa de juros em outubro de 2019 foi de 35,94% a.a.; sendo 17,58% a.a para pessoas jurídicas e 79,74% a.a. para pessoas físicas. Para empresas, o capital de giro apresentou custo médio 15,16% a.a. Para as pessoas físicas, os juros do cheque especial e do crédito rotativo do cartão de

crédito foram de 305% e 317,24% a.a, respectivamente. São taxas extremamente elevadas, seja do ponto de vista da sustentabilidade dessa modalidade de crédito aos tomadores de recursos, seja do ponto de vista da eficiência do mecanismo de crédito enquanto possível instrumento de impulso à atividade econômica.

No Grande ABC, nos últimos 12 meses encerrados em agosto deste ano, o volume de operações de crédito aumentou aproximadamente 11%, somando ao redor de R\$ 32 bilhões, cerca de 13% a menos que em agosto de 2018. As operações de financiamento imobiliário recuaram pouco mais de 5% em igual comparação, somando em agosto R\$ 9 bilhões.

Operações de Crédito no Grande ABC
(milhões de R\$ de out/2019 - deflacionado pelo IPCA)



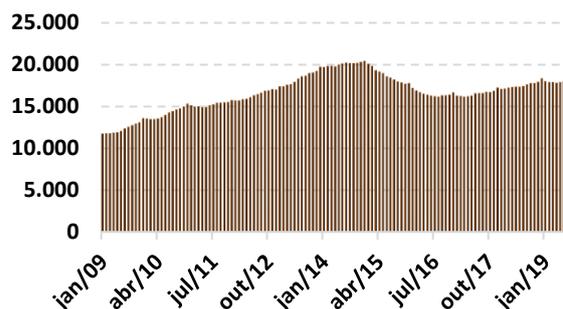
Fonte: Banco Central

A retração do volume de operações de crédito no último ano, que pode ser visualizada no gráfico a seguir, tem como grandes fatores explicativos o elevado nível de desemprego na região e a consequente redução da massa salarial, o alto endividamento das famílias, com grande

comprometimento da renda com obrigações de dívidas.

Na outra ponta, o Grande ABC registrou pequena ampliação no volume de depósitos em poupança, de aproximadamente 2%, somando R\$ 17,8 bilhões. Combinação que pode revelar um comportamento mais cauteloso dos agentes econômicos, retraindo as operações de crédito e ampliando a poupança, bem como o efeito de mais dificuldade de acesso a mecanismos de crédito, como no caso do financiamento imobiliário.

Depósito em Poupança no Grande ABC
(milhões de R\$ de out/2019 - deflacionado pelo IPCA)



Fonte: Banco Central

Nos últimos 12 meses encerrados em setembro, a atividade comercial aumentou 1,6% no Brasil, segundo pesquisa do IBGE, dando continuidade à retomada dessa atividade, como demonstra o gráfico a seguir. O terceiro trimestre de 2019 apresentou maior crescimento do setor comercial, de 2,8%, quando comparado a igual trimestre do ano anterior. No primeiro e segundo trimestres deste ano o crescimento foi mais tímido. O que explica esse diferencial é o impacto da liberação de parcela dos recursos do FGTS sobre o fluxo comercial.

No Estado de São Paulo, nos últimos 12 meses encerrados em setembro, a ampliação da atividade comercial foi de 2%, ao passo que no terceiro trimestre deste ano foi 2,7%.

Os dados das contas nacionais referentes ao terceiro trimestre do ano apontaram que o PIB cresceu 1% no acumulado dos últimos 12 meses, puxado, pelo lado da demanda, pela recomposição do fluxo de investimento em capital fixo, que aumentou 3,1%, e pelo consumo das famílias, que ampliou 1,8%. Este último contribuiu para a melhora do volume comercial no comércio varejista, representado pela linha azul no gráfico abaixo.

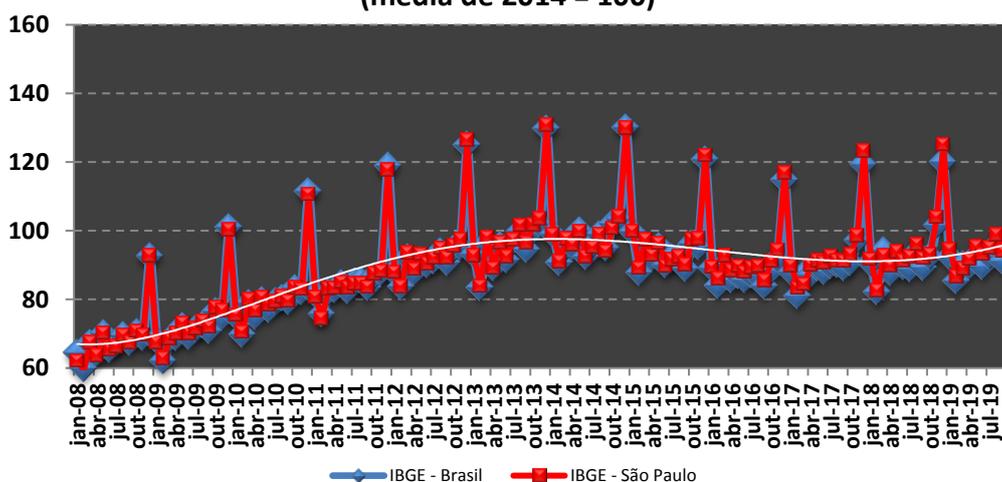
Especificamente o volume de investimento em capital fixo é estimulado pela movimentação comercial intra-firma, pelo mercado de bens de fatores de produção, em especial no segmento de máquinas e equipamentos e em construção civil. Segundo a pesquisa de comércio mensal o IBGE, os

maiores incrementos no comércio varejista ocorreram nos setores de artigos farmacêuticos e outros artigos de uso pessoal e doméstico.

Conforme avaliação do SERASA EXPERIAN, que trabalha com outra metodologia de pesquisa, entre os segmentos que registram maior ampliação da atividade comercial no período janeiro a setembro de 2019 estão os de automóveis, motos e peças, seguidos de material de construção.

Ao mesmo tempo em que a retomada da demanda é importante, como destacado entre os principais fatores a dificultar a atividade industrial no último Boletim IndústriABC, preocupa na trajetória de lenta recuperação da atividade econômica brasileira o baixo grau de investimentos, de 16,3%, e a queda na produtividade.

Atividade Comercial (média de 2014 = 100)



Fonte: IBGE

Inflação

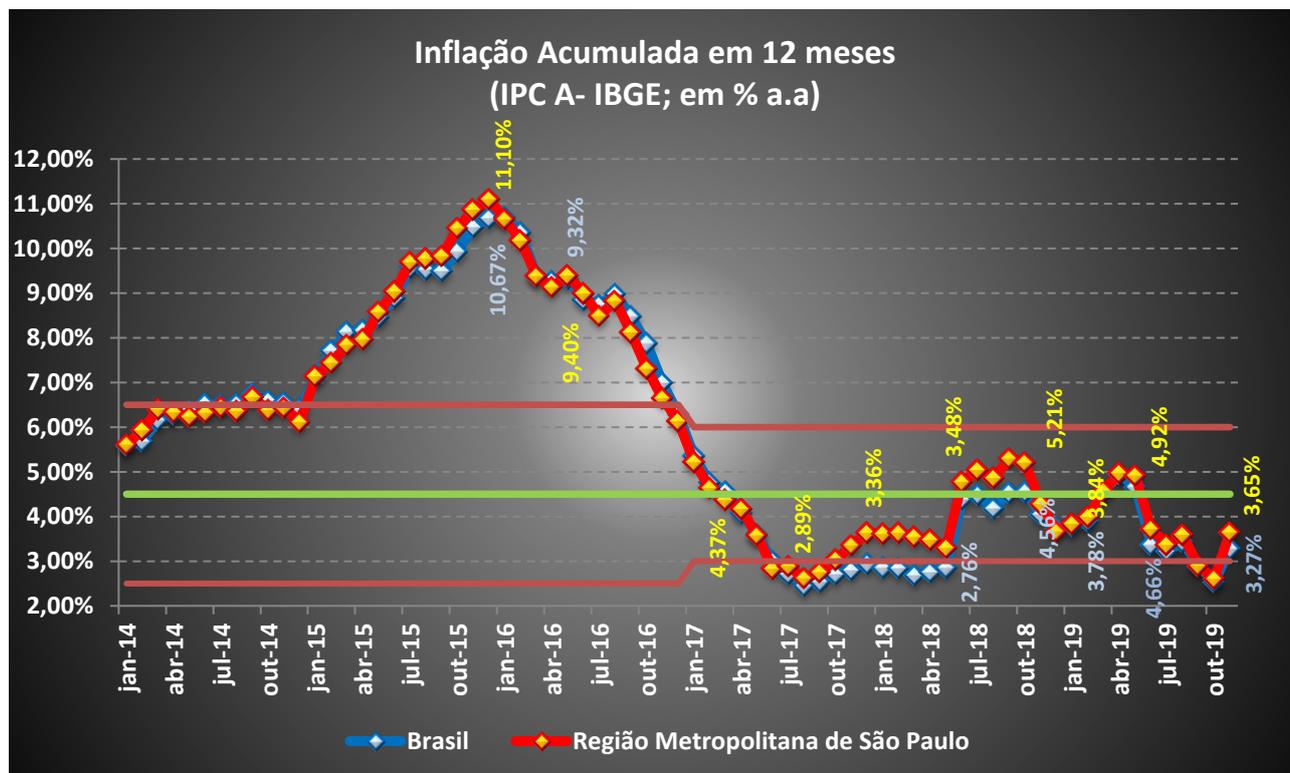
O último mês de novembro apresentou repique da inflação, com variação de 0,51%, comparado à trajetória declinante dos últimos 6 meses. Com este pequeno salto, a inflação acumulada em 12 meses saiu de 2,62% para 3,27%, medida pelo IPCA/IBGE. Em novembro as principais altas de preços foram registradas nos grupos de despesas pessoais, que incluem serviços pessoais, recreação e viagens, seguido dos grupos de preços de habitação e alimentação.

Apesar da elevação na variação de preços acumulada, 2019 deverá fechar com inflação abaixo do centro da meta, que é de 4,5%.

Na Região Metropolitana de São Paulo, que engloba o Grande ABC, a inflação acumulada em 12 meses registrou variação de 3,65% em novembro.

De um lado, a redução do patamar da inflação, que em maio deste ano registrava variação acumulada de 4,98%, e de outro a lenta recuperação da atividade tem levado o Banco Central a promover reduções da taxa básica de juros com intuito de praticar uma política monetária mais expansionista. Na última reunião do Conselho de Política Monetária (Copom), a meta de negociação da taxa básica de juros, Selic, foi reduzida para 4,5% a.a..

Com baixos níveis de inflação, o objetivo da atual política monetária é criar mecanismos que melhorem o volume de demanda agregada.



Fonte: IBGE

Em meio a este contexto, com a taxa real de juros menor no mercado interno, seguindo tendência apresentada no cenário internacional nos últimos

anos, em especial nas economias mais fortes, a taxa de câmbio tem apresentado forte volatilidade nas últimas semanas. Este fenômeno, contudo, tem

componente internacional muito forte, dado em especial a política de tendência protecionista do governo dos EUA e o conflito comercial entre EUA e China, os maiores players do fluxo comercial atual.

Nas últimas semanas a taxa de câmbio comercial chegou a registrar cotação acima de R\$ 4,26 por dólar. Não podemos esquecer que a desvalorização do R\$ promove a elevação do custo dos bens importados, o que pode afetar grande parte da cadeia produtiva, haja vista que grande parte do setor industrial brasileiro se tornou importador de insumos. Entretanto, a observação deste efeito deverá ocorrer ao longo dos próximos meses.

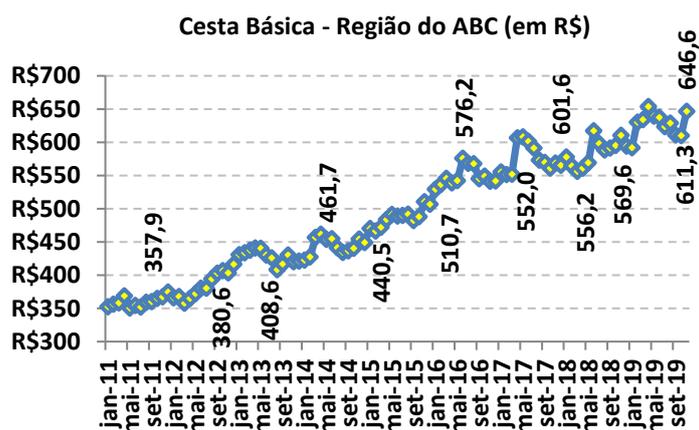
Voltando especificamente à questão regional, a elevação dos preços tem impactado no custo da cesta básica ao longo dos últimos anos. Em novembro último, a cesta básica apurada pela Companhia Regional de Abastecimento de Santo André somou R\$ 646.



**CIÊNCIAS
ECONÔMICAS**



**RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**



Fonte: CRAISA

Mercado de Trabalho

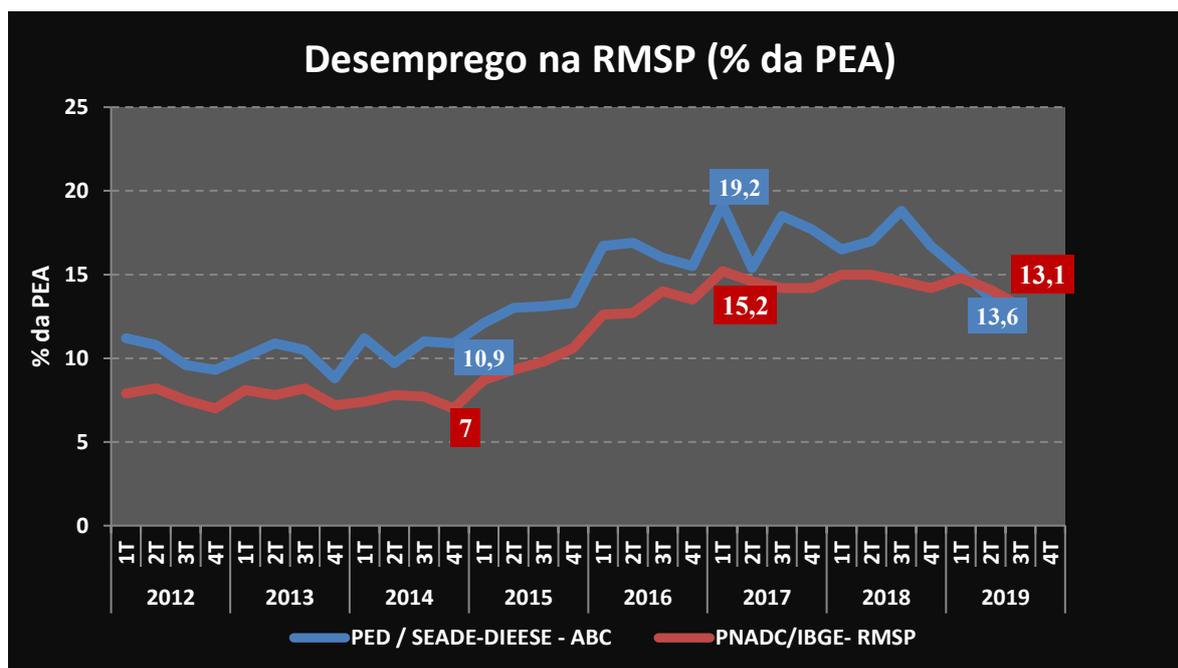
O desemprego afetou 13,1% da PEA da Região Metropolitana de São Paulo no terceiro trimestre deste ano. Utilizada pelo SEADE e pelo IBGE para calcular desemprego, devido ao fim da apuração desse fenômeno pelo SEADE, passaremos a acompanhar o desemprego pela taxa publicada pelo IBGE para a Região Metropolitana de São Paulo, calculada pela Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio.

O gráfico abaixo compara a trajetória das taxas de desemprego para o Grande ABC, calculado pelo SEADE, e para a RMSP apurada pelo IBGE. Como podemos observar, ao longo do período as taxas do SEADE são mais intensas, em especial pelo diferencial de apuração da População Econômica Ativa (PEA) e pela conceituação mais ampla do trabalho, resultando no diferencial. Entretanto, no atual contexto, a melhor aproximação da taxa de desemprego para a região é a calculada pelo IBGE, recortada para a RMSP.

O que ambas trajetórias nos mostram é, que após a elevação observada entre 2014 e 2018,

reflexo da retração do nível de atividade econômica, o que resulta em menor demanda por trabalho, 2019 apresentou tendência de diminuição da taxa de desemprego.

Há que se ressaltar que, embora a economia tenha voltado a apresentar taxas positivas de crescimento em 2017, somado ao fato de serem pequenas elevações na atividade econômica, a melhora no volume de emprego demanda mais tempo para se revelar em função da necessidade de sustentação da recuperação produtiva.

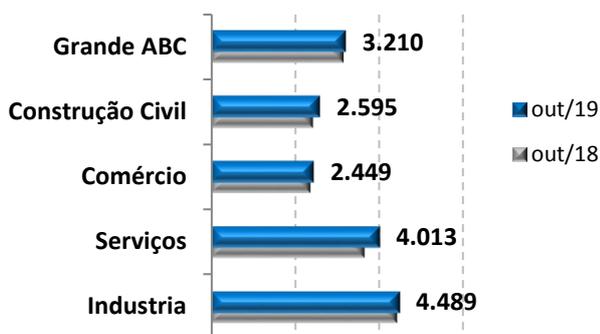


Fonte: SEADE / DIEESE e PNADC/IBGE

O último mês de outubro registrou renda média de R\$ 3.210,0 por trabalhador em emprego formal na região, 1,9% maior do que em outubro de 2018. O gráfico abaixo apresenta o salário médio por setor da

economia no mercado de trabalho formal, com significativa diferença à maior nos setores industrial e de serviços.

Renda do Emprego Formal por setor no Grande ABC - out / 2019

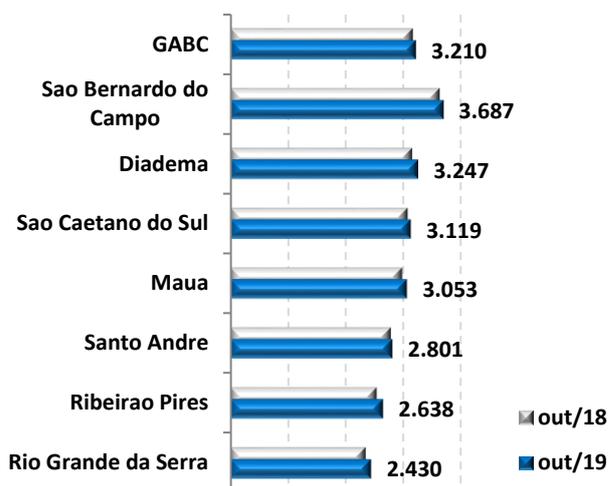


Fonte: RAIS/CAGED – Ministério da Economia, deflacionados pelo IPCA.

Na comparação entre os municípios, nos 12 meses encerrados em outubro, os maiores aumentos reais de salário ocorreram nos setores de serviços de utilidade pública e construção civil, seguidos da administração pública.

Santo André foi o que apresentou menor aumento real do salário médio dos trabalhadores formalmente empregados, com elevação de 1,2%. Na outra ponta, as maiores elevações de remuneração média foram registradas em Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Diadema e São Caetano do Sul.

Renda do Emprego Formal por Município - out / 2019



Fonte: RAIS/CAGED – Ministério da Economia, deflacionados pelo IPCA.

Além da elevação da remuneração média do trabalhador do Grande ABC, a massa de renda proveniente dos empregos formais se ampliou 3,2% no mesmo período de comparação, sinalizando pequena melhora na dinâmica do mercado de trabalho, ainda que morosa, dado o ritmo de retomada da atividade produtiva.

É preciso observar que os empreendedores não geram empregos por leis ou decretos, mas por melhora no ritmo da atividade econômica. Isso fará com que se amplie a demanda por trabalho e novas oportunidades sejam criadas.

Comércio Exterior

No acumulado de janeiro a novembro deste ano a balança comercial da região registrou US\$ 148 milhões de déficit no Grande ABC, ante superávit de US\$ 426 milhões em igual período de 2018. Um olhar mais rápido nos levaria a questionar: como pode o resultado da balança comercial ter se deteriorado entre 2018 e 2019 tendo o R\$ se desvalorizado no período, o que torna as exportações nacionais mais competitivas e as importações mais caras?

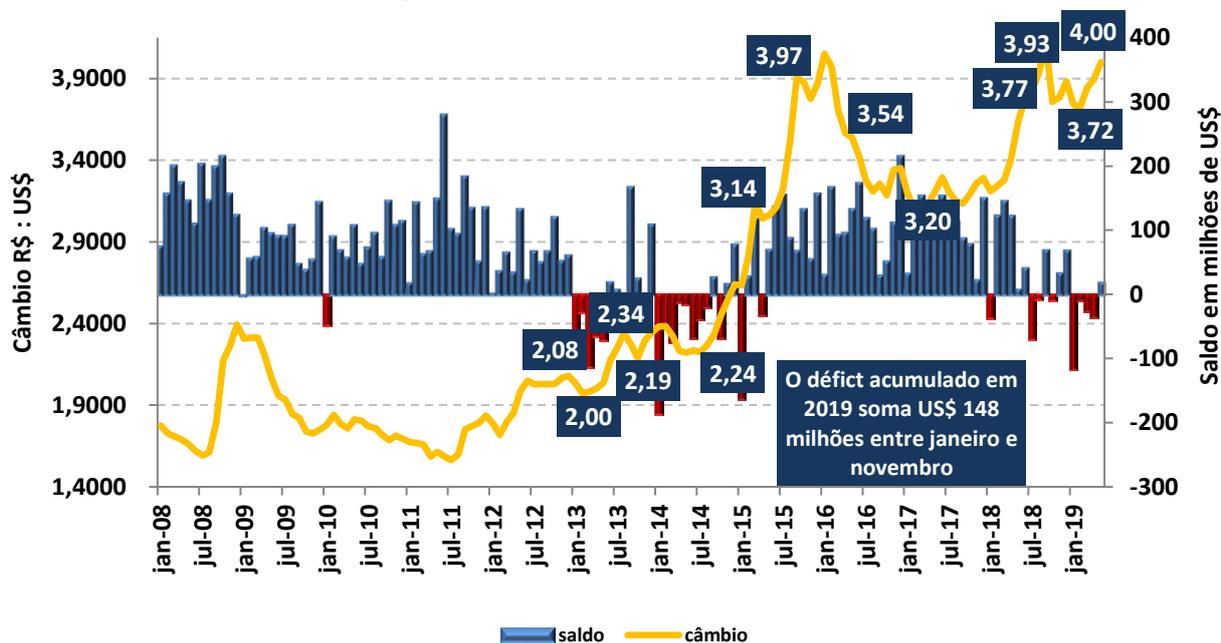
O período entre janeiro e novembro registrou retração de 31,9% dos valores exportados e de 22,3% do montante importado, resultando em uma

redução de 27,3% da corrente de comércio exterior da região até novembro de 2019.

O principal determinante desta redução foi a retração econômica do nosso principal parceiro comercial, a Argentina. Até novembro, o fluxo comercial com a Argentina reduziu-se em aproximadamente 48%, comparado o volume comercial transacionado entre o Grande ABC e a Argentina em todo ano de 2018.

Em especial a cadeia automobilística tem se ressentido desta retração nos últimos meses, com impactos sobre a atividade industrial do segmento e consequentemente sobre o mercado de trabalho.

Saldo da Balança Comercial do Grande ABC - milhões de US\$



Fonte: Ministério da Economia

Cabe ressaltar que pouco mais de 80% das exportações da região são compostos por veículos, caminhões e suas partes (58%). Do lado, o setor

industrial, assim como ocorrerá no país nas últimas décadas, tornou importador. Das importações regionais, aproximadamente 25% são compostas por

partes e acessórios de automóveis e outros 15% por máquinas, aparelhos mecânicos e elétricos.

Com isso, se a desvalorização do R\$ tende a reduzir o preço dos produtos nacionais exportados, ao mesmo tempo encarece as importações.

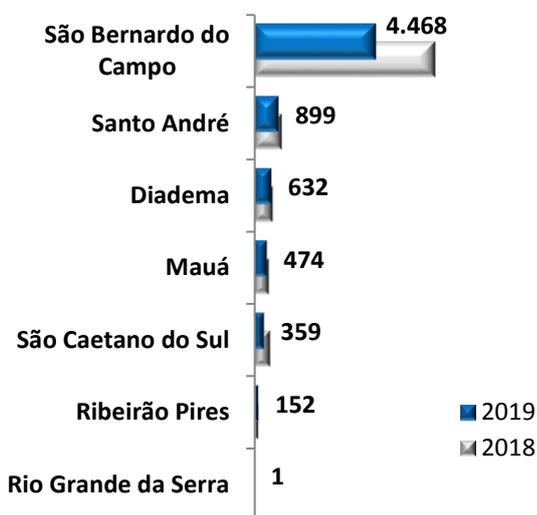
Tendo a indústria regional se tonado importadora de insumos industriais e ampliado a dependência em relação à aquisição externa de bens de capital, a recente movimentação da taxa de câmbio, que chegou a ultrapassar R\$ 4,25 por US\$, deverá encarecer estes bens, pressionando a elevação do custo de produção na indústria regional, assim como na indústria nacional.

Contudo, não é um exercício trivial tentar estimar o impacto da desvalorização cambial sobre o nível de preço do setor produtivo local e a taxa média de inflação.

Outro efeito potencial desta desvalorização sobre a estrutura produtiva interna refere-se à possível elevação da competitividade dos produtores locais de insumos industriais frente à elevação do custo de importação de fornecedores internacionais concorrentes. Entretanto, dado o longo período de elevada atratividade dos insumos importados, o parque industrial brasileiro, assim como o regional, apresenta lacunas em sua capacidade de oferta destes bens.

A recente iniciativa publicada pelo governo do Estado de São Paulo, voltada ao setor de ferramentaria, poderá ampliar a atratividade de investimentos no setor e fomentar a recomposição de parte de sua capacidade produtiva na indústria paulista, incluindo também o Grande ABC. Esta linha de ação caminha na direção da necessidade de se desenhar uma política produtiva industrial que torne viável o desenvolvimento produtivo e a ampliação de sua competitividade. Raciocínio que ao longo dos últimos séculos tem sido seguido pelas economias que hoje estão entre as mais desenvolvidas do mundo, incluindo os países asiáticos de industrialização recente.

Corrente de Comércio Exterior jan a nov de 2019 - milhões US\$



Fonte: Ministério da Economia

Universidade Metodista de São Paulo

Escola de Gestão e Direito

Curso de Ciências Econômicas

Observatório Econômico

Reitor

Dr. Paulo Borges Campos Júnior

Diretor da Escola de Gestão e Direito

Ms. Carlos Santi

**Coordenadora do Curso de Ciências
Econômicas.**

Ma. Silvia Cristina da Silva Okabayashi

**Coordenador de Estudos do Observatório
Econômico**

Dr. Sandro Renato Maskio

Professor Pesquisador

Dr. Moisés Pais dos Santos

Estagiário:

Natasha Jaccoud



A serviço do desenvolvimento do Grande ABC.

Patrocine esta iniciativa!

E-mail: observatorio.economico@metodista.br

Tel: 4366-5035

[URL: http://www.metodista.br/observatorio-economico](http://www.metodista.br/observatorio-economico)